



Seria o pensamento latino-americano em Comunicação pós-colonial?¹

Celso Francisco Gayoso²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão epistemológica acerca da produção do pensamento comunicacional na América Latina tendo como base a reflexividade acerca da alteração paradigmática que representou essa corrente de pensamento, numa articulação com autores que discutem a questão do pós-colonial. Deste modo, o que se pretende é fundamentar o projeto de pensamento produzido na América Latina como representante das discussões contemporâneas acerca da cientificidade produzida além dos centros hegemônicos do pensamento ocidental.

PALAVRAS-CHAVE: pensamento latino-americano; crítica pós-colonial, epistemologia.

A proposição do pensamento latino-americano em Comunicação constitui-se de uma série de autores, teses e abordagens desenvolvidas a partir da segunda metade do século XX, que buscaram, em certa medida, promover uma articulação entre comunicação, cultura e sociedade (GOMES, 2010); através do exame das práticas culturais em articulação com as relações de poder, nos países marcados historicamente pela dependência em diversos âmbitos (científico, econômico, cultural, tecnológico, etc.) e herdeiros do processo colonizatório das cortes da Península Ibérica.

Numa perspectiva epistemológica, os estudos desenvolvidos pelos pensadores da América Latina foram responsáveis por algumas rupturas no que se refere ao paradigma das análises sociológicas de teor comunicativo que apresentavam-se em domínio da pesquisa empírica do funcionalismo norte-americano (VERÓN, 1976), dentre essas

¹ Trabalho apresentado no GT de Teoria da Comunicação do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado entre os dias 2 e 6 de setembro na Unicap em Recife/PE.

² Doutorando em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – Eco-Pós, email: celsohayoso@terra.com.br.



rupturas operadas pelos culturalistas latino-americanos podemos destacar: uma rejeição à ideia de cultura de massa e o estabelecimento dos meios de comunicação como lugar prioritário de debates ideológicos; o rompimento com uma perspectiva behaviorista calcada no binarismo estímulo-resposta e também, a ruptura com a concepção passiva de audiência.

Outro aspecto significativo acerca do pensamento comunicacional na América Latina é a reflexividade acerca da articulação operada entre elementos da cultura midiática e da cultura popular, responsável pela produção de singularidades que caracterizam os *intermezzos* culturais destas localidades, denominados por diferentes conceitos a partir de diversos autores: *hibridismo* (CANCLINI, 1997), *mestiçagem* (GRUZINSKI, 2001), *sincretismo cultural* (CANEVACCI, 1996) e *transculturação* (HANNERZ, 1997). Neste sentido, essas articulações apresentam um dialogismo entre o que é próprio da modernidade, a cultura midiática e aquilo que é da ordem do tradicional, a cultura popular. Esse dialogismo produzido a partir de duas matrizes ocorre diferentemente da projeção binária hegemônica do pensamento ocidental (DIRLIK, 1997), como refletida em binarismos antagônicos como: centro e periferia, moderno e arcaico, Sul e Norte, etc. Ao que parece no caso latino-americano, a soma dos dois fatores parece resultar em um terceiro elemento singularizador do processo comunicativo e que vislumbra ambas matrizes referenciais.

Serge Latouche (1996) ao tratar da “ocidentalização do mundo” afirma que a condição de produção de sentido de determinado espaço é preponderante para se pensar as “respostas” produzidas como solução imediata de questões deficitárias, e de certo modo, conclama aos sujeitos de um processo de dependência a criarem formas de superação desta condição:

“Os excluídos dos benefícios materiais e simbólicos da ‘modernização’, cada vez mais numerosos, podem e devem inventar soluções novas para sobreviver como espécie e como humanidade. Esses projetos diferentes se encontram na prática, na improvisação e no biscate.” (LATOUCHE, 1996: 14).

Nestes “novos” modos de subjetivação é que se encontram as singularidades dos processos comunicacionais da América Latina. A realidade histórica da modernização



das ex-colônias espanhola e portuguesa³ encontrou alguns impeditivos ou entraves em determinados aspectos da vida social⁴, como por exemplo, a gradação informativa das “eras comunicacionais”: de uma cultura oral para uma cultura livresca, de uma cultura livresca para a inserção dos meios massivos de comunicação e a mais recentemente, a cultura dos hipermeios. (SANTAELLA, 2003). O próprio processo de modernização imposto partia de uma premissa de homogeneização processual para o alcance do progresso tecnológico, desconsiderando as especificidades culturais.

O resultado desse processo de imposição cultural e tecnológica nessas sociedades, na atual conjuntura, apresenta uma “disparidade entre informatizados, entretidos e os outros que aumenta em países nos quais a dívida externa reduz o crescimento econômico, e a corrupção ou informalidade dificultam o exercício dos direitos de trabalhadores e consumidores.” (CANCLINI, 2004, p. 212).

O próprio olhar acerca do processo de modernização reflete essa dependência e nos faz crer que ao contrário do processo ocorrido junto às sociedades europeias onde é possível identificar pontualmente a passagem destas “eras”⁵ (BRIGGS & BURKE, 2006); na América Latina, as sociedades se viram catapultadas da tradição oral para a cultura hipermediática. Porém, esse “salto” não pode ser visto apenas como um aspecto negativo, pois é a partir dele, que os povos latino-americanos criaram estratégias e táticas (CERTEAU: 2005) singulares nos usos da comunicação; o que resultou em alguns pesquisadores, a consciência da necessidade de um pensamento calcado nas idiosincrasias dos processos comunicacionais produzidos na América Latina.

Alguns genealogistas brasileiros do pensamento comunicacional produzido na América Latina (MARQUES DE MELO, 2008), (DALLA COSTA, 2006) costumam marcar o início efetivo das práticas que contribuíram para a emergência deste campo científico a partir do período do pós-guerra entre os anos 1940 e 1960. Marques de Melo (2008, p. 53-54) propõe inclusive uma designação dos períodos constitutivos do pensamento latino-americano: *fraternidade corporativa* (1940-1960), *diáspora intelectual* (1970), *rede investigativa* (1970-1980) e o estabelecimento das *comunidades*

³ Vale lembrar ainda que no espaço compreendido como América Latina existem os países “herdeiros diretos” da colonização francesa (Guiana Francesa, República Dominicana e Haiti) e holandesa (Suriname, Antilhas Holandesas).

⁴ O conceito de Canclini sobre as imagens otimizadas da modernidade europeia estabelece um relativismo nesta questão de possível déficit das colônias latino-americanas.

⁵ Faz-se necessário relativizar o termo eras (entre aspas) para designar os períodos de predominância de uma ordem de acesso a determinados conteúdos tendo em vista a própria relativização descrita por Asa Briggs e Peter Burke (2006) em *Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet*, ao propor a coexistência dos modos de consumo e produção comunicacional (BRIGGS & BURKE, 2006, p. 15).



acadêmicas (a partir de 1990). Acerca dos trabalhos em questão o que temos é basicamente uma compilação revisional dos períodos sem a reflexividade epistêmica dos mesmos.

Porém, uma análise mais acurada da cronologia acerca de um campo comunicacional deve privilegiar de acordo com Thomas Kuhn (1978) os aspectos distintivos dessa tradição de pesquisa emergente em relação às fontes originárias. Segundo o autor, em sua obra que trata das mudanças paradigmáticas e revoluções científicas, Kuhn discute como se dá o processo de alteração paradigmática dentro do campo de estudos que o pensamento latino-americano em Comunicação transita:

“Em História, Filosofia e nas Ciências Sociais, a literatura de manuais adquire uma significação mais importante. Mas, mesmo nessas áreas, os cursos universitários introdutórios utilizam leituras paralelas das fontes originais, algumas sobre os ‘clássicos’ da disciplina, outras relacionadas com os relatórios de pesquisa mais recentes que os profissionais do setor escrevem para seus colegas.” (KUHN, 1978, p. 207)

Num percurso cronológico das tradições de pesquisa em Comunicação, a proposição do pensamento latino-americano é herdeira direta da tradição dos Estudos Culturais desenvolvidos no CCCS⁶ que promoviam uma articulação entre o pensamento sobre a formação da classe trabalhadora inglesa, a possibilidade de pensar o modo de produção subjetiva da referida classe e as desigualdades sociais naturalizadas a partir da consolidação de uma cultura elitista, legatária dos debates da tradição crítico-radical dos frankfurtianos. Todavia, como propõe Kuhn (1978), nessa apropriação das tradições precedentes, geralmente o que ocorre é a incorporação de parte do vocabulário tanto conceitual, quanto de manipulação que o paradigma anterior emprega.

Porém nessa “nova” perspectiva acerca dos meios de comunicação e os usos sociais destes meios na América Latina, “os conceitos e experiências antigas estabelecem novas relações entre si” (KUHN, 1978, p. 189). É a partir destas novas relações que emergem trabalhos singulares como os de Luis Ramiro Beltrán, Antonio Pasquali, Juan Diaz Bordenave, Luiz Beltrão, Mario Kaplún, Jesus Martín Barbero, entre outros em território latino-americano.

É preciso pensar nas contribuições dos diversos autores, bem como suas testes, e refletir como se estabeleceu a história da Comunicação na América Latina da forma como propõe Martino (2004) ao tratar da história e identidade do campo

⁶ *Centre for Contemporary Cultural Studies.*



comunicacional. Ele aponta para a necessidade de superação do estado de generalidade como condição *sine qua non* para a constituição de um saber. Neste sentido, o que representa esta generalidade nos estudos do pensamento latino-americano em Comunicação é o esforço em encontrar um elemento aglutinador a essa diversidade e até divergência de pensamento. Proposta mais didática que propriamente epistemológica.

Ao que parece, a singularidade do pensamento latino-americano assenta-se exatamente na multiplicidade de autores, referências e visões dos aspectos que podem até ser comuns às localidades que se propõem a estudar, dadas as realidades, influências e heranças históricas dos países da América Latina; mas na prática constituem-se nos elementos distintivos de cada um dos pensadores no tempo em que desenvolveram suas análises da sociedade a partir dos fenômenos comunicacionais.

A discussão sobre a constituição do pensamento latino-americano em Comunicação numa perspectiva epistemológica reproduz, de alguma maneira, as discussões acerca das Ciências Sociais na contemporaneidade. E para desenvolver tal empreitada é preciso pensar nas problemáticas teóricas que orbitam sobre o referido campo comunicacional. Conforme aponta Boaventura Sousa Santos (2007), um dos problemas teóricos apresentados às discussões científicas acerca da sociedade latino-americana está nas próprias teorias, conceitos e categorias utilizados para desenvolver estes estudos. Ao que se percebe, esse conjunto de pressupostos epistemológicos foi elaborado a partir de uma realidade diversa à da América Latina, em geral, na Europa e Estados Unidos, num período distinto. Deste modo, é possível identificar um *déplacement*⁷ e uma anacronia teórica dos instrumentos necessários para se pensar a realidade latino-americana.

A emergência da escola latino-americana incentivou, na história das teorias da Comunicação, “a passagem dos estudos dos meios para o campo da recepção, o que atribuiu à América Latina um espaço privilegiado nas pesquisas de interface entre comunicação e cultura” (GUSHIKEN, 2005: 14). Esta proposta de pensamento tornou-se singular por não negligenciar a capacidade cognitiva do receptor e sim, promover uma sistematização dos distintos modos de recepção e as formas de utilização das interfaces comunicacionais que os latino-americanos fazem da disponibilidade comunicativa.

⁷ A utilização do estrangeirismo deve-se ao conceito mais próprio a ideia de “fora de lugar” que a palavra em francês propõe, com ressalvas numa referência ao pensamento de Roberto Schwarz (1974).



Historicamente, entre os anos de 1960 e 1980, a América Latina foi predominantemente governada por regime ditatoriais, que por sua vez representavam os interesses bélicos do complexo militar e industrial dos Estados Unidos. Neste sentido, é possível compreender como a influência sociológica do funcionalismo norte-americano foi preponderante nas pesquisas dos países latino-americanos. Os governos militares tiveram que tornar funcionais os intelectuais formados na concepção da sociedade estadunidense para montar projetos políticos de reforma agrária, controle populacional, reconstrução urbana e sobretudo, modelos comunicacionais de desenvolvimento.

O modelo funcionalista norte-americano pode ser pensando como um imperativo, e também, uma prática colonialista. Ao se impor como ordem vigente e estabelecer um conjunto de métodos e práticas que deveriam ser aplicados juntos aos países deficitários tecnologicamente, que de certo modo, nessa visão não seriam capazes de produzir técnicas e métodos eficazes para seu desenvolvimento, lembrando que a ideia de desenvolvimento também é um conceito extremamente colonialista pois considera um país desenvolvido a partir de categorias próprias do país hegemônico. Não muito diferente do colonialismo clássico, esse “colonialismo técnico-científico” utilizou-se de mão de obra latino-americana para pôr em prática seus ideais científicos, e através dos organismos de financiamento à pesquisa determinaram os assuntos a serem tratados dentro do espaço acadêmico latino-americano. De acordo com Verón (1976), no âmbito da Comunicação, os projetos internacionais exerceram uma espécie de “contaminação”⁸, especialmente por intermédios de professores universitários contratados como pesquisadores pelos centros norte-americanos.

A imperatividade no campo do saber exercida pelos Estados Unidos expandiu para todos os estratos da produção subjetiva da América Latina, os pensadores críticos definiram esse modelo como de dependência, de neocolonialismo e de imperialismo; a utilização do termo dependia da corrente de pensamento e do posicionamento político, mas a crítica era a um mesmo sistema, e o propósito era o mesmo, tentar superar essa condição. Foi apenas a partir das décadas de 1950 e 1960 que os países latino-americanos puderam começar a desenvolver essa resistência, através da instituição das universidades públicas, espaços de discussão.

⁸ O diagnóstico de Verón acerca da hegemonia e “contaminação” do modelo funcionalista nas ciências sociais não significa que não existissem pensadores em resistência. O exemplo dessa resistência no campo das ciências sociais são: Octavio Ianni, Paulo Freire, Milton Santos, entre outros. Esses autores ofereciam reflexões acerca da problemática econômicas e socioculturais brasileiras.



Para pesquisar o fenômeno da dependência dos países da América Latina em relação às principais potências do planeta, principalmente Estados Unidos, e de que maneira essa exploração se refletia nos meios de comunicação massiva, surgiram os estudos latino-americanos em comunicação. Com o intuito de esmiuçar a influência do poder econômico e político no campo comunicacional e, de quebra, apresentar alternativas que estariam em acordo com as necessidades do povo latino-americano; neste sentido, a pesquisa comunicacional da América Latina teve papel importante na formação de uma consciência comunicacional eminentemente latina e na contestação de modelos que aderiram a formatos já existentes.

Nesta perspectiva é possível identificar nos pensadores latino-americanos uma orientação teórica que apresenta os desenvolvimentos históricos, naquele momento necessários para a transição da modernidade como ocorridas na Europa: a reforma religiosa, a ideologia liberal e as revoluções burguesas não encontraram dentro da realidade latino-americano a possibilidade de serem efetivadas.

Deste modo, seríamos legatários de uma modernidade tardia (GIDDENS,1997) evidenciada pela constituição de referenciais culturais híbridos (CANCLINI, 1998), em que aquilo que é próprio da realidade das culturas tradicionais foi transposto pelo processo de urbanização aos moldes do países desenvolvidos e pelo solapamento das identidades preexistentes, bem como suas especificidades culturais, em virtude de um processo de modernização.

Seriam os estudos em comunicação na A.L. pós-coloniais?

Na contemporaneidade, um dos mais importantes fatos acerca da “geografia” proposta por autores como Lyotard, Jameson e Bauman, é que o mundo está se tornando pós-colonial. Isso significa que o mapa político do imperialismo e da colonização ao redor do mundo está em processo de (re)configuração. Não se pode afirmar que o mundo superou o colonialismo, mas é possível dizer que o mundo tem presenciado o desarranjo dos impérios tradicionais.

Esses espaços, que estão em processo de reconfiguração, são espaços físicos e imaginários nos quais diferentes vozes convergem e podem ser vistas como pós-coloniais no sentido de romper com as rígidas fronteiras de categorias discursivas como nacionalidade, gênero e raça. Esse rompimento produz uma mudança estrutural no modo de sistematização das categorias de análise da sociedade que são refletidas no



discurso científico e provocam algumas rupturas epistemológicas. A crítica pós-colonial *per se* já configura-se como uma ruptura epistemológica, ao promover uma reflexão e mudança no plano do conhecimento.

A chamada crítica pós-colonial, ou os estudos pós-coloniais, apresentam-se na academia internacional como um conjunto de estratégias interpretativas voltadas para a rica diversidade de práticas culturais que caracterizam as sociedades colonizadas ou egressas da colonização europeia, servem de panorama para a discussão dessas rupturas e novos modos de pensamento que compreendem o momento inicial da colonização, no alvorecer da modernidade, com a expansão marítima europeia, até o presente.

A partir de uma localização histórica, a crítica pós-colonial problematiza o processo histórico da colonização empreendida pela Europa nos demais continentes e efetua a leitura desconstrutora de textos colonialistas de diversas ordens (históricos, literários, científicos, filosóficos, etc.), neles destacando as representações europeias a respeito dos nativos nas/das colônias e a conseqüente fabricação do "sujeito" colonial.

Sendo assim, a crítica pós-colonial examina a produção de contra-discursos também de diversas ordens que expressam projetos de resistência do colonizado e suas estratégias de revide na árdua luta pela autonomia. Para refletirmos sobre as alterações epistemológicas provocadas por este novo momento, faz-se antes necessário conceituarmos o que é (ou o que pode ser) o pós-colonialismo. Ao fazermos uma leitura panorâmica de alguns autores categorizados como pós-coloniais – Spivak, Said, Appiah, Bhaba, entre outros; podemos dizer que, grosso modo, trata-se de um conjunto de correntes teóricas e analíticas, de forte influência dos Estudos Culturais, que procuram questionar teórica e politicamente as relações desiguais entre o Oriente e o Ocidente, como também, entre o Norte industrializado e o Sul subdesenvolvido⁹.

Neste sentido, é imprescindível pensar que as relações de desigualdade estabelecidas entre Norte e Sul (como também entre Oriente e Ocidente) são constituídas historicamente pelo colonialismo, e que o “fim” do colonialismo enquanto prática política não foi suficiente para superar o colonialismo enquanto prática social e cultural. Porém, ao que se percebe, o termo pós-colonial carrega em si uma série de questionamentos que não precisam em muito sua definição. Uma das primeiras acepções do pós-colonial refere-se às discussões travadas acerca do processo como uma

⁹ As categorizações Norte *industrializado*, bem como por conseguinte, Sul *subdesenvolvido* já evidenciam um modo de classificação destes países, que os estudos pós-coloniais tentam superar pois discursivamente estabelecem uma hierarquização; porém para este momento utilizarei esses adjetivos para denotar o ponto de partida das discussões pós-coloniais.



marca temporal estabelecida no momento posterior ao que se convencionou chamar de “fim” do colonialismo.

Stuart Hall em seu artigo *Quando foi o pós-colonial?*, cita as autoras Ella Shohat e Anne McClintock que criticam essa ênfase temporal dada ao termo pós-colonial. “Para ambas, o conceito é utilizado para marcar o fechamento final de um período histórico, como se o colonialismo e seus efeitos estivessem definitivamente terminado.” (HALL, 2006:96). Contudo, como aponta Shohat, existe uma ambiguidade subjacente ao conceito uma vez que não fica estabelecido em algumas definições se a “periodização é epistemológica ou cronológica”. O autor Arif Dirlik (1997) aponta alguns dos usos possíveis do termo pós-colonial, que ao que parece não respondem necessariamente ao questionamento de Shohat quanto ao modo de periodização, mas pode ser interpretado como uma periodização epistemológica e cronológica.

Dirlik (1997) aponta que o uso e difusão do termo pós-colonial dentro do espaço acadêmico se deu a partir de meados da década de 1980 e serviu como vinculador ao grupo de intelectuais acadêmicos dos países classificados como Terceiro Mundo. A emergência do pós-colonial, de certo modo, fez-se como forma de superar essa classificação das sociedades do mundo moderno entre Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo. Dirlik aponta alguns dos usos possíveis do termo: descrição literal de condições em ex-sociedades coloniais, caso em que o termo tem referenciais concretos como, por exemplo, em sociedades pós-coloniais ou intelectuais pós-coloniais; descrição de uma condição global após um período de colonialismo, caso em que o uso é de certa forma mais abstrato e menos concreto quanto à referência, comparável na sua imprecisão ao termo anterior Terceiro Mundo, o qual pretende substituir e descrição de um discurso sobre as condições acima mencionadas, inspirado pelas orientações epistemológicas e psíquicas que são produtoras dessas condições.

A partir das reflexões de Dirlik (1997) já é possível vislumbrar se não uma definição, ao menos, uma delimitação do campo de atuação e aplicabilidade do pós-colonial numa tríade. Dentre os usos é possível perceber o esforço por superar a categorização dos mundos por nomenclaturas ordinais e a invalidez dessa categorização face às novas configurações do espaço global: enquanto conceito, em constante discussão; enquanto postura de investigação que luta por uma institucionalização e enquanto situação que caracteriza um momento histórico concebido como pós-moderno das localidades em questão.



Ao estabelecer um paralelo entre a questão pós-colonial e o momento dito pós-moderno, Boaventura (2002) afirma que é justamente no plano epistemológico que o colonialismo assume maior centralidade na concepção de pós-moderno. O autor utiliza a distinção que faz entre dois tipos de conhecimento que se aplicam a este momento: o conhecimento-regulação, que neste caso, pode ser compreendido como um conhecimento construído a partir da ignorância como caos e o saber como ordem; e o conhecimento-emancipação, construído para Boaventura, a partir da ignorância como colonialismo e o saber como solidariedade que identifica-se com o pensamento de fronteira de Walter Mignolo (2003).

Mignolo, concebe a epistemologia de fronteira como um argumento para a diversidade geopolítica que surge a partir das perspectivas subalternas e também como uma forma de pesquisa viva, uma leitura que acontece a partir do exterior, no interior e no avesso limites (MIGNOLO, 2003). A epistemologia de fronteira aponta para um tipo diferente de poder, múltiplo, em grande parte transdisciplinar e significativamente "aberto", uma vez que o objetivo é o de manufacturar novas formas de análise, não só contribuir para sistemas de pensamento estabelecidos. O conceito de epistemologia de fronteira de Mignolo, proveniente em parte da noção de "teorização bárbara", de Ribeiro (1971), surge das condições de se teorizar a partir da fronteira e é, sem dúvida, uma teoria dos subalternos, mas não apenas para os subalternos; a teorização subalterna é para todo o mundo (MIGNOLO, 1998).

Logo, o aparecimento da epistemologia de fronteira auxilia no surgimento de novos entre-lugares para se pensar discursos, disciplinas e diálogos. A epistemologia de fronteira, como uma atividade de descolonização do conhecimento situado nos subalternos, incentiva o desenvolvimento de um "outro pensamento", deslocando os binários eu/outro e centro/periferia, e provocando um deslocamento de rígidas noções de expectativa, análise de imagens, modos de ver, questões de posicionalidade, epistemologia, poder, identidade, subjetividade, agência e vida cotidiana.

No entendimento de Mignolo, os espaços de fronteira sustentam e nutrem o exercício epistemológico dos subalternos de auto-negação, ao mesmo tempo em que lhes permite a experiência da inalterabilidade identitária, o que foi negado pelo epistemologias hegemônicas (MIGNOLO, 1998, p. 39). A propagação das margens, produzida por e como um efeito direto do pós-modernismo, fragmentou a noção de centro como um eixo consistente de controle e estimulou a um contínuo deslizamento de estruturas binárias estáticas.



Conforme aponta Nelly Richard (2002), a pós-modernidade promove uma desorganização e reorganização do processamento das fases do processo de modernização. Deste modo, esses binarismos pensados a partir da tradição e modernidade deixam de se contrapor sob o signo do antagonismo entre o velho e o novo. A modernidade não se propõe como substituta da tradição, mas numa dinâmica dialógica entre os signos do processo evolutivo que na América Latina recebem novos contornos: atraso e avanço, folclore e indústria, mito e ideologia, rito e simulacro.

Considerações finais

A sistematização do pensamento comunicacional na América Latina foi, e ainda é, fruto do trabalho de inúmeros pesquisadores que aspiravam constituir um pensamento localizado, que atendessem às dinâmicas e práticas comunicacionais latino-americanas, uma vez que o modelo difusionista apresentava inúmeras falhas, inclusive identificadas pelos próprios autores deste modelo.

Em 1962, Everett Rogers publicou *The Diffusion of Innovations*, que hipoteticamente tornou-se uma das bases teóricas que viriam a consolidar o modelo difusionista da comunicação. Posteriormente, Rogers foi revisando o difusionismo, tornando-se crítico de alguns de seus aspectos. Em 1982, o autor propõe uma “pesquisa crítica” à “pesquisa empírica” a fim de integrar em seu quadro de análise a questão do contexto da comunicação, os aspectos éticos do processo e métodos mais plurais (MATTELART: 1999). Estes aspectos contextuais identificados por Rogers parecem ser os elementos distintivos do processo comunicativo, podendo ser interpretado como o momento de emergência do pensamento latino-americano.

O modelo difusionista propunha um mecanicismo do processo informacional que deixava em segundo plano toda estrutura cognitiva pré-existente do receptor, considerando que o processo de adoção de novos conhecimentos se daria de forma automática. Esta proposta de modelo de comunicação, antes de mais nada, era uma tentativa de solução à problemática imposta pelo processo de modernização que encontrava alguns impeditivos, principalmente nos países subdesenvolvidos, herdeiros do processo de colonização.

A emergência desta escola latino-americana incentivou, na história das teorias da Comunicação, a passagem dos estudos dos meios para o campo da recepção, o que atribuiu à América Latina um espaço privilegiado nas pesquisas de interface entre



Comunicação e Cultura. O desvio de rota para o campo da recepção resultou, principalmente a partir dos anos 1980, a modulação de um pensamento comunicacional que atribui a produção de sentido não às estruturas já dadas, mas ao processo do qual o receptor faz parte necessariamente e simultaneamente como produtor de informações. Porém, estabelecer como um modelo de pensamento hegemônico, talvez não seja o propósito dos pensadores latino-americanos, mas ao menos, a ocupação de um espaço significativo nas pesquisas em Comunicação.

A imperatividade no campo do saber exercida pelos Estados Unidos expandiu para todos os estratos da produção subjetiva da América Latina, os pensadores críticos definiram esse modelo como de dependência, de neocolonialismo e de imperialismo; a utilização do termo dependia da corrente de pensamento e do posicionamento político, mas a crítica era a um mesmo sistema, e o propósito era o mesmo, tentar superar essa condição. Foi apenas a partir das décadas de 1950 e 1960 que os países latino-americanos puderam começar a desenvolver essa resistência, através da instituição das universidades públicas, espaços de discussão.

A utilização de elementos próprios da realidade na América Latina e a tentativa de criação de um modo de pensamento distinto podem aqui ser considerados como os fatores para classificar essa “escola” de pensamento própria do momento pós-colonial. O desafio como o apresentado por Said acerca do orientalismo está em “uma necessidade maior de cruzar fronteiras, de maior intencionismo em atividades interdisciplinares, uma concentrada consciência da situação – na qual se realiza o trabalho cultural e intelectual”(SAID *apud* HOLLANDA, 1991:272). É a partir dessas recomendações de Said que encontramos autores como Elíseo Verón no projeto de criar uma sistematização do saber comunicativo a partir das realidades social, cultural e econômica latino-americanas, marcadas pela herança colonial dos impérios absolutistas (Portugal, Inglaterra e Espanha) e posteriormente pela dependência cultural do desenvolvimentismo norte-americano.

REFERÊNCIAS

- DE LA TORRE, A. E. M. G. (2001) **Teorias da comunicação na América Latina: enfoques, encontros e apropriações de Verón**. São Leopoldo: Editora Unisinos.
- DIRLIK, A.(1997) **A aura pós-colonial na era do capitalismo global**. *Novos Estudos Cebrap*, no. 49, p. 7-32.



- GUSHIKEN, Y. (2009). **Estudos em comunicação e a formação do mundo contemporâneo**. São Paulo: II Colóquio Binacional Brasil-México de Ciências da Comunicação.
- LATOUCHE, S. (1996). **A ocidentalização do mundo**. Petrópolis: Vozes.
- MARQUES DE MELO, J. (1996). **O pensamento latino-americano em comunicação**. Comunicação & Sociedade, 15. São Bernardo do Campo: UMESP.
- MARQUES DE MELO, J. (2008). **História Política das Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X.
- MATTELART, A. (1999). **Comunicação-mundo: história das idéias e das estratégias**. Petrópolis: Editora Vozes.
- MIGNOLO, W. (1997). **La razón postcolonial: herencias coloniales y teorías postcoloniales**. In: TORO, A. (ed.) Postmodernidad y postcolonialidad: breves reflexiones sobre Latinoamérica. Vervuert: Iberoamericana.
- MIGNOLO, W. (1998). **Globalization, civilization processes, and the relocation of language and culture**. In: JAMESON F. & MYOSHI, M. (Orgs.). **The culture of globalization**. Durham: Duke University Press. p. 32-53.
- MIGNOLO, W. (2003). **Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- QUIJANO, A. (2007). **Colonialidad del poder y clasificación social**. In: CASTRO-GÓMEZ & GROSGOUEL. El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- RIBEIRO, Darcy. (1971) **O processo civilizatório: Etapas da Evolução Sócio-Cultural**. 10º ed., Petrópolis: Vozes.
- RICHARD, N. (2002). **Intervenções críticas: arte, cultura, gênero e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- SAID, E. (1991). **O orientalismo revisitado**. In: HOLLANDA, H. B. Pós-modernismo e política. Rio de Janeiro: Editora Rocco.
- SANTOS, B. S. (2002). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez.
- VERON, E. (1976). **Ideologia, estrutura, comunicação**. São Paulo: Cultrix.